

## EDITORIAL

A *Perspectiva* tem motivos para comemorar em 2012. O primeiro refere-se à recente avaliação, pela CAPES, dos periódicos científicos, na qual foi classificada como A2 em razão da qualidade que alcançou ao longo de sua história. O segundo trata de seu compromisso com a publicação quadrimestral, por meio das quais favorecerá a ampliação da circulação da produção nacional e internacional.

Inauguramos com o presente número o primeiro deste ano. Além do Dossiê – Educação a Distância na Formação de Professores –, seis artigos o compõem. Roberto Antonio Deitos, em O liberalismo social-democrata e a reforma do Estado brasileiro (1995-2002), apresenta importante reflexão sobre o liberalismo social-democrata no Brasil. O período de estudo abordado é fértil para demonstrar como foram construídos os argumentos para a reforma do Estado brasileiro. Da ótica do autor, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República no período 1995-2002, compôs uma facção expressiva do pacto burguês nacional, implementando uma perspectiva política que teve na reforma do Estado um dos momentos mais importantes de sua nova racionalidade. Com outra abordagem, Fernanda de Camargo Machado e Márcia Lise Lunardi-Lazzarin discutem aspectos relativos ao liberalismo no artigo Liberalismo e formação de professores para educação de surdos. As autoras tratam da emergência de um “campo de saber” sobre os sujeitos surdos, bem como de um “corpo de *expertise*”, ambos ligados à educação e ao ideário civilizatório moderno. Tomando a formação docente “como dispositivo de governamentalidade”, noção de Michel Foucault, procuram oferecer elementos para a compreensão da “educabilidade dos discentes surdos e o *status* profissional dos sujeitos docentes” e sua funcionalidade no âmbito do liberalismo. Descrevem o surgimento, no século XIX, da formação de professores para a educação de surdos e entendem-no como dispositivo de governamentalidade do Estado Liberal. Para as autoras, esse processo respondeu à necessidade de ordenação da “população escolar e de produzir corpos surdos dóceis”.

No que tange à formação docente, Wercy Rodrigues Costa Júnior e Mariluce Bittar, no texto **Política de avaliação da pós-graduação e suas consequências no trabalho docente**, tratam das políticas de avaliação da

pós-graduação e seus desdobramentos sobre os pesquisadores. Embasados em análises históricas e entrevistas com professores dos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFMS e da UCDB os autores mostram que tais políticas articulam-se às mudanças no mundo do trabalho, cujo impacto negativo no Ensino Superior é visível na produção de pesquisa e no trabalho docente na pós-graduação.

Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos e Vanilson Oliveira Paz, em **Autonomia municipal e a gestão das políticas educacionais a partir da lógica dos sistemas de ensino: perspectivas de criação e implantação no estado do Pará**, apresentam o processo de implantação de sistemas municipais de ensino no Brasil. Tomam como caso particular de estudo o Estado do Pará e a descentralização da gestão das políticas educacionais após a Constituição Federal de 1988. A pesquisa leva à conclusão de que a criação de sistemas municipais é “ainda incipiente”. Concorre para isso a falta de conhecimento técnico, assim como a ausência de vontade política dos responsáveis pela gestão municipal. Do ponto de vista dos autores, as bases democráticas, traduzidas na descentralização e na autonomia municipal, são, em teoria, condição para “o avanço da educação local na sua missão de oferecer uma educação com qualidade a todos”.

**O gasto aluno-ano no Paraná (Brasil) e a situação de financiamento da educação nas regiões metropolitanas do estado**, de Andréa Barbosa Gouveia e Isabelle Fiorelli Silva, tematiza a “política de fundos” vigente no Brasil como mecanismo de distribuição de recursos para a educação. Discutem o gasto aluno-ano no Paraná em relação ao porte dos municípios e ao fato de comporem ou não as regiões metropolitanas; os dados foram coligidos na Secretaria do Tesouro Nacional (Finbra) e em balanços dos municípios. Por outro lado, examinam as políticas de fundos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e suas repercussões no Paraná, especialmente no que se refere às desigualdades da oferta educacional.

Encerra esse número artigo de André Petitat, **Educação e implosão social**, originalmente publicado pela *Revista Francesa de Pedagogia*, com o título *Éducation et implosion sociale*, em 1988. Neste texto, o autor chama a atenção para as interrogações colocadas aos sociólogos, nos anos de 1980, acerca da ineficácia de determinados *habitus*. A resposta estaria na compreensão dos

“mecanismos inerentes aos processos de socialização”, entre eles, a “*inserção em categorias heterogêneas em interação dinâmica*” e a interioridade como “*espaço de jogo ou espaço de reversibilidade*”. Tais mecanismos permitiriam, virtualmente, “esconder, mostrar, simular e transgredir as normas de ação das categorias de inserção”, de tal modo que cada pessoa pudesse, livremente, promover “desvios abruptos nas suas adesões”.

Os artigos de demanda contínua aqui resenhados expressam, por sua pertinência, nosso interesse em pôr à disposição da comunidade acadêmica, entre outros, as discussões que vêm fecundando a área e para a quais esperamos contribuir. Fundamentais para esse avanço foram os financiamentos recebidos da FAPESC e do CNPq que viabilizarão a publicação dos três volumes deste ano.

Com a profissionalização progressiva de suas condições estruturais a *Perspectiva* oferece não apenas mais espaço a autores, como contribui para que seus leitores possam aceder com mais rapidez e qualidade à produção da área.

Fica aqui nosso desejo de uma boa leitura.

As Editoras